

Acção, emoção e confiança: o Projecto Direitos Humanos em Acção - um caminho de aprendizagens e da mudanças a fazer acontecer um novo mundo, praticando valores do Humano

Autores - Conceição Lopes, Inês Guedes de Oliveira
Universidade de Aveiro | DeCA

Palavras-chave: Interação social; Acção social; interaccionismo simbólico; Jogo. Direitos Humanos.

1. Introdução

O Projecto Direitos Humanos em Acção reconhece que um novo mundo orientado pela busca dos valores do Humano é possível e diferente daquele que nos é dado. Assim, actuando sobre a experiência das pequenas coisas quotidianas, promove a flexibilidade

crítica a partir da interação social na construção do Jogo da Caderneta dos Direitos Humanos em Acção. Um dos meios contemplados no design de Comunicação e ludicidade que estrutura a acção social de co-participação do Projecto.

Assim, a presente comunicação coloca em discussão o enquadramento conceptual que dá sentido ao sistema e estrutura da interação e acção social. E, apresentar o jogo enunciado como exemplo ilustrativo da operacionalização do quadro conceptual em foco, pretendendo-se, com isso, evidenciar a validade das inter-relações conceptuais de base estabelecidas e, contribuir para a integração da conexão comunicação e ludicidade numa teoria da acção social.

2. Desenvolvimento

A Declaração Universal dos Direitos Humanos^{TP PT} é um referente comum do Projecto DHA que permite estabelecer a relação com pensamento ontológico do ser humano pela compreensão de que o indivíduo e sociedade não são entidades separadas (Mead,1934) são um par dialéctico de produção de dinâmicas da mudança na sociedade. Assim, como refere Norbert Elias a sociedade é uma produção humana (1991), e o Humano uma

produção social (Berger, Luckman, 1986:87), a identidade pessoal não pode existir independentemente da relação social com os outros estando esta continuamente a ser produzida e modificada através da interacção social (Mead, ibid).

Para Georde Mead na comunicação os humanos não respondem simplesmente a um gesto (como o fazem os não-humanos) mas respondem à relação entre o gesto e o objecto ou ao acontecimento que estimulou ou motivou tal gesto. Tornando-se assim o gesto, um gesto simbólico. Neste perspectiva os humanos tentam compreender qual o significado da acção do outro. Deste modo, Mead coloca a flexibilidade interrogativa no centro da interacção humana e social ao indicar no seu quadro teórico a possibilidade de cada indivíduo poder actuar face a si próprio, face aos outros e à sociedade (ibid).

Ao eleger como finalidade, a promoção e a co-produção de situações de experiência que induzam a hábitos de participação cívica, adopta por um lado, a perspectiva dos valores que os direitos humanos contemplam, assumindo que o seu enunciado é a expressão da natureza essencial do ser do Humano, das condições de dignidade humana e social da sua existência, que se querem ver generalizados, à luz dos valores de igualdade, liberdade e fraternidade, abrangendo todos os Humanos e todos, nela, considerados no mesmo pé de igualdade. Por outro lado, escolhe o caminho de conceptualização e da operacionalização metodológica da acção social que orienta as práticas dos seus protagonistas crianças, jovens e adultos.

A interacção comunicativa

O ideal da comunicação é a inter-compreensão, a interacção comunicativa, o meio pragmático de co-produção de realidades, mas também, um processo de encontro face a face (Goffman,67) que possibilita, não apenas o desenvolvimento de quadros de afeição, emoção social e de confiança essenciais à co-produção em comum, de realidades subjectivas e inter-subjectivas.

Assim sendo, os protagonistas significantes dos DHA são os educadores e professores que dinamizam o desenvolvimento de contextos situacionais desta co-produção, fruto da partilha e troca simbólica cultural e social positiva. As estruturas de simetria e de complementaridade da interacção conjugam-se nos diversos papéis sociais que cada protagonista do projecto nele detém e ficam sujeitas à intencionalidade e ao uso da consciência de cada um que espontânea e voluntariamente, num encontro de faces,

estabelecem o compromisso de dar em pequenos, mas significativos passos, para um mundo mais humanizado à sua volta. Assim, logo sinto, logo sou, logo existo, logo penso, logo rio, logo insisto. A dificuldade está, desde logo, garantida. Ousar transgredir a pela positiva e ultrapassá-las é fruto do desejo, do desígnio e do desenho que os direitos humanos em acção prosseguem. É necessário sentir, rir, pensar social e emocionalmente, pensar criativamente, pensar analiticamente e conjuntivamente para compreender as situações e actuar em diversos tipos de acção social, lúdica e não lúdica. A ludicidade é um dos tipos de acção do Projecto DHA que contribui favoravelmente para o desenvolvimento de hábitos de sociabilização emocional singular, de flexibilidade interrogativa, espontânea e rápida de acção intuitiva que a interacção comunicacional desenvolve na acção de agir e pensar sobre os contextos de violação dos direitos humanos. Com a dinâmica de mediação da leitura das histórias do jogo da caderneta e dos valores de referência ao Humano, cria-se um conjunto de condições para que cada protagonista, ao fazer uso da sua “mente” apoiados e assessorados por um outro, reconhecido, por si, como um significante, se reconheça, na situação co-construída, capaz de poder actuar sobre si próprio. Deste modo, realiza-se o confronto do seu “eu mesmo” a força impulsionadora que explica os impulsos criativos e imprevisíveis interiores a cada pessoa com o seu “eu-mim” que integra os padrões organizados e partilhados com outros e que, segundo George Mead, fornece a orientação e a direcção, constituindo-se no comportamento socialmente aceitável contribuindo, para a unificação da identidade Eu (Mead,1967) a actuação, pela flexibilidade interrogativa e crítica bidireccional do eu mesmo com o eu mim .

O processo vivenciado de comunicação e ludicidade aumenta a probabilidade da comunicação que a potencia. Contudo a conexão estabelecida entre comunicação e ludicidade e a sua operacionalização implica uma metodologia de actuação em ruptura com as metodologias cognitivistas clássicas. A este propósito, Gaston Bachelard assinala a importância das metodologias que designa de “cosmogonias intuitivas” referindo que estas metodologias dão forma a actividades especulativas como a imaginação e a criatividade. O design de ludicidade enquadra-se nestas metodologias que o Projecto DHA promove e desenvolve. Nesta perspectiva as reciprocidades de actuação que se desenvolvem na situação de ludicidade, entre o eu- mesmo com o eu mim, de cada protagonista com o outro significante, o dinamizador da situação e ambos,

face ao outro generalizado, configuram-se diversos papéis sociais no processo da reflexibilidade interrogativa. São simultaneamente autores, realizadores, e audiência, co- produzindo guiões de acção e da pontuação das sequências da interacção por vezes em flashes de sentido, por vezes desconexos e nem sempre ordenados, mas cujos efeitos a experiência do encontro de faces se revela em modos de pensar de um outro modo e de interagir em coerência com um novo quadro de referência.

Do confronto destas modalidades pragmáticas, evidencia-se a reflexibilidade crítica gerada pela interacção social, neste caso da ludicidade, que apesar da imperceptibilidade da continuação dos seus efeitos, como refere Kauffmann, referindo a este tipo de metodologias, elas não devem ser subestimadas dado que “mil pequenas decisões congruentes participam para construir uma trajetória identitária” (2003:229). A propósito, Paul Watzlawick, um dos membros do Colégio Invisível, e continuador dos estudos de Bateson, nos anos 80 na sua obra “A Realidade é Real” desenvolve a questão da construção da realidade e identifica a existência de três tipos de realidade, a de primeira ordem, que diz respeito aos fenómenos físicos, a de segunda ordem, decorre da capacidade humana de atribuir significado às coisas, que dá a subjectividade ao sujeito que a constrói e, a realidade de terceira ordem, a da inter-subjectividade resultante do encontro, mutuamente, compreensivo dos sujeitos. [Watzlawick,78]. Watzlawick dá, assim, evidência às funções intra-pessoais que se estabelecem entre o “eu mesmo” e o “eu-mim” e às funções inter-pessoais do eu com um outro significante e a meta ideal da comunicação, a inter-compreensão.

Deste modo, se estabelece o fio condutor que une, significativamente, o sentido das relações sociais e dos vínculos interpretativos existentes entre a multiplicidade e a diversidade das manifestações verbais e não verbais, criativas, lúdicas e não lúdicas com os seus efeitos, na co-construção subjectiva e inter-subjectiva das realidades de 2ª e 3ª ordens, que constituem o mundo de vida de cada protagonista do projecto, e possam compreender a indissociabilidade dos valores do Humano e escolham, entre um universo de possíveis escolhas, dar primazia à interacção comunicacional orientada por esses valores.

A perspectiva de George Mead ao destacar o papel do sujeito social, em relação ao sistema social, demonstra que os fundamentos psíquicos da acção social se alimenta da interacção social e é através desta que o sujeito constrói o seu comportamento, sendo

este resultado da dinâmica de reciprocidade desenvolvida entre os sujeitos. Enfatizando a relação dos seres humanos com a sociedade, sustenta que para estudar o comportamento de alguém, é necessário estudar o contexto da sua produção, bem como a percepção do sujeito sobre o seu meio ambiente, esta perspectiva é acentuada pelo Colégio Invisível de Palo Alto (1967) o que permite criticar os comportamentos etnocêntricos e acentua a necessidade de compreender os símbolos de cada cultura. Também Blumer, no que se refere à interacção, sublinha o papel individual dos actores, protagonistas, nos grupos, nas instituições e na sociedade, considerando-os “não como estruturas ou organizações per si, mas como interligações de interacções simbólicas humanas básicas [Blumer69] em função do meio em que se realizam as interacções.

A força simbólica da Declaração universal dos Direitos do Homem permite a generalização de uma noção de Humano e da compreensão da interacção social face-a-face, não como uma interacção de contacto superficial em que a compreensão e a intercompreensão não são os alvos escolhidos do processo mas sim como um tempo e um lugar da busca da intercompreensão mútua.

A relação conceptual estabelecida permite articular de modo não somatitivo e total, diferentes dimensões da dinâmica da interacção simbólica comunicacional que uma vez co-relacionados conferem uma unidade pragmática, sociológica e antropológica a ser explorada.

Acção Social

Duas definições servem de guia à compreensão da acção social. A primeira, a que se situa na tradição compreensiva e interaccionista de Max Weber que considera que a acção social é subjectiva. Neste sentido ela é determinada pelas realidades de 2ª. e de 3ª ordens já referidas, “a acção (humana) é social, na medida em que, em função da significação subjectiva que o indivíduo ou os indivíduos que agem lhe atribuem, toma em consideração o comportamento dos outros e é por ele afectada no seu curso” [Weber,1964:88]. Ou seja, existe a compreensão de que a acção social tem valor de signo ou de símbolo quer para o protagonista quer para os outros com quem interage. Nesta perspectiva, a acção social é influenciada pelo significado compartilhado por todos os que dela participam. Poderá dizer-se que é uma acção mediadora consciente.

A segunda, a que se situa na tradição de Emile Durkheim, para quem a acção social é fruto da “consciência colectiva” e transcende o protagonista da acção e constitui as “maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, e que são dotadas de um poder de coerção em virtude do qual se lhe impõem” [1904]. Assim, a acção social resulta da subordinação da acção humana às formas colectivas de agir, de pensar e de sentir.

Guy Rocher analisando as tradições, respectivamente, “compreensiva” e “positiva” que envolvem as duas definições dos autores enunciados, afirma a complementaridade existente entre ambas e destaca que “a realidade social não é nem exclusivamente interna aos sujeitos que a vivem, nem exclusivamente exterior a eles; é vivida em perspectiva, em situação, pelas pessoas em causa, a quem se impõem do exterior, simultaneamente, constrangimentos (*contraintes*) e limitações” [Rocher, 1971:41-57].

A conceptualização exposta no segundo eixo inter-relaciona-se com a enunciada no primeiro eixo, compreender a acção social como interacção social e esta como interacção simbólicas e remete para a relação: comunicação humana e sociedade

Deste modo, evidenciam-se as seis premissas que advogam a clarificação desta afirmação desta relação: a primeira afirma que a mente, o eu e a sociedade não são estruturas distintas, mas processos de interacção intra-pessoal e inter-pessoal; a segunda refere que a interacção é um ponto de vista que enfatiza a linguagem como mecanismo primário que culmina na mente e no eu do indivíduo; na terceira, a mente é concebida como a interiorização de processos sociais no indivíduo; na quarta, os comportamentos são construídos pelo indivíduo no decurso da sua acção, não sendo o comportamento puramente reactivo, de um modo mecanicista; a quinta premissa defende que o veículo primário para a conduta humana é a definição da situação pelo actor; finalmente a sexta e última premissa, o eu é constituído por definições tanto sociais como pessoais [Manis e Meltzer72] e [Litlejhon78].

Com esta abordagem reforça-se a compreensão de que a comunicação humana e social é reconhecida como um processo de interacção simbólica.

O Interaccionismo Simbólico de Mead conduziu ao desenvolvimento do seu pensamento e formação da Escola Dramatúrgica, nomeadamente Burke [1969] que destaca o conceito de substância como essência do Humano, referindo que cada pessoa possui uma substância única que sempre coincidirá, nalguma parte, com a substância do

outro, sendo o processo de comunicação um processo de interacção social e a função directa da sua consubstancialidade ou de propriedades e características comuns. Retoma as premissas de Mead e de Blumer e, refere mais ainda, que a participação activa do Humano na substância comum favorece a comunicação porque cria uma condição de significado compartilhado para os símbolos em uso.

Também, Erving Goffman [1922-1982] se situa nesta escola de pensamento e destaca nas suas obras que comunicação é a interacção e base da formação social. E, realça que a interacção é regulada por um acordo tácito, que preside à definição de qualquer situação: quando um indivíduo, implícita ou explicitamente, indica que possui certas características humanas e sociais ele deve ser de facto aquilo que declara ser, exigindo moralmente aos outros que o reconheçam e o tratem como se apresenta; qualquer sujeito tem o direito moral a esperar que os outros o apreciem e tratem de modo correspondente. São estes dois princípios que constituem o pacto inicial, que define as condições para a situação se desenvolver ou não, ou se interromper. Ou seja, a interacção social é regulada por um compromisso ético e moral. Colocando-se a questão por um lado, do condicionamento e por outro, da liberdade e da sua ligação, de novo, aos valores TPPT.

O Jogo da caderneta dos Direitos Humanos em Acção

O Jogo da Caderneta dos Direitos Humanos em Acção [(MCOlOpes, e Vieira, A. 2003) e (MCOlOpes e Martinho Marques, 2002)] tem por base a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), visa motivar a interacção social através da dinamização da conversa e da negociação que começam na escola e no jardim-de-infância entre professores e alunos nas escolas e prolongam-se no quadro familiar, com a mesma finalidade, buscar soluções para as 22 histórias/problemas de violações dos direitos humanos que a caderneta apresenta.

Através da manifestação da ludicidade – jogo, a interacção comunicacional é regulada pela lógica de “soma zero”, o que significa segundo Paul Watzlawick (1983) que há vencedores e vencidos, neste caso representado o vencedor pelos jogadores que em conjunto constroem as vinte e duas soluções, afirmando os valores do Humano na acção que querem ver salvaguardados. E, os vencidos são representados pelos violadores dos direitos humanos que cada história problema identifica. Sendo uma manifestação pré-

regrada os jogadores aceitam as regras que antecipadamente definem as situações do jogo e sujeitam os seus papéis sociais à lógica da defesa e promoção dos direitos Humanos.

A questão que atravessa todo o jogo é a de que cada um, no dia a dia, no seu meio de vida, pode e é capaz de promover e defender, pela sua acção, os valores do humano, praticando-os.

A chave da aventura do jogo da caderneta dos Direitos Humanos em Acção é a emoção social, a confiança e satisfação do reconhecimento dessa acção, simbolizado no sorriso desenhado a cores em cada um dos 22 cromos autocolantes diversamente pontuados. Por cada solução encontrada a Educadora ou Professora oferece um sorriso – o cromo respectivo, com o valor respectivo, que o jogador vai acrescentando na caderneta e no cartão de militante dos direitos humanos em acção que guarda na mochila. O desígnio do projecto que no jogo e na dinamização da estratégia se desenha conduz ao resultado do jogador preencher de sorrisos a caderneta que depois, um artefacto de grandes dimensões, a partir dela construído, divulga.

A mobilização do Eu-mim, da mente, da acção e da interacção humana e social encontra na experiência criativa da comunicação face a face, deste jogo o quadro de referência de das aprendizagens e das mudanças. Na experiência com um outro significativo, descobrem-se novas valorizações para o que já se pensava, assimilam-se outras consubstanciadas e compartilhadas in-grupo.

As abordagens teóricas precedentes levam à consideração de que a acção social corresponde a uma ordem da interacção simbólica que estando subordinada a uma dada cultura, e à relação dialéctica entre o protagonista da comunicação e a sociedade que se interligam na co- produção do sentido das práticas sociais e que regulam de modo responsável os comportamentos individuais.

Outras perspectivas sociológicas de análise comunicacional e social, complementam o quadro de referência conceptual do projecto que não são o foco desta apresentação.

Ao terminar de expor o enquadramento teórico e orientador do Projecto Direitos Humanos em Acção citando a propósito Derrida, “a mundialização é organizada pela rede conceptual do homem, do próprio do homem, do direito do homem, do crime contra a humanidade do homem. Essa mundialização quer ser portanto uma humanização” (2001:10 -11).

Bibliografia

- Bateson, G.** *Vers Une Écologie de L'Esprit*, Tome I, Ed. Seuil (1977).
- Bateson, G.; Ruesch, J.** *Communication et Société*. Paris. Seuil. (1989).
- Berger, P. L., Lukman, T.** *La Construction Sociale de la Réalité*, Paris, Méridiens-Klincksieck. (1986).
- Burke, Peter, J.** *Identity processes and social stress*. American Sociological review, 56, 836-849. (1991).
- Blumer, Herbert** *Symbolic Interactionism, Perspective and Method*. Prentice-Hall /Englewood, New Jersey. (1969).
- Derrida, Jacques** *L'Université sans Condition*. Editions Galilee, (2001).
- Dukheim, Émile**, *As regras do Método Sociológico*, Lisboa, Presença, (1976).
- Elias, N.** *La Société des individus*, Paris, Fayard. (1991),
- Goffman, E.** *Interaction Ritual: Essays on Face-to-Face Behavior*. Garden, NY: Anchor Books, (1967).
- Kaufmann, Jean-Claude** *Ego Para Um Sociologia do Indivíduo*. Lisboa, Instituto Piaget, (2003).
- Lopes MCO** *Ludicidade, contributo para a busca dos sentidos do Humano*. Aveiro, Univ. Aveiro(2004).
- Mead, George, Herbert** *Mind, Self and Society*, Chicago, Chicago University Press, (1934).
- Watzlawick, Paul et al.** *Pragmatics of Human Communication. A Study of Interactional Patterns, Pathologies, and Paradoxes*. W.W. Norton & C^a, (1967).
- _____, *The Language of Change*, Basic Books, N.Y.,(1978).
- _____, *The Situation is Hopeless But Not Serious*, W.W. Norton & C^a, (1983).
- _____, *A Realidade é Real*, Lisboa, relógio d'Água, (1992).
- Weber, Max** (1904-5). *The Protestant Ethic and the "Spirit" of Capitalism*, Trans., Talcott Parsons London: G. Allen & Uniwin. Tradução da 2ª edição de 1920, (2002).
- Parsons, Talcott**, *The Structure of Social Action*, NY, Free Press, (1968).
- Rocher, Guy** *Sociologia geral*. Volumes, 1, 2 e 3. Ed. Presença, (1971).
- Styker, Sheldon.** *Integrating emotion into identity theory*. Advances in group Processes, 21, 1-23, (2004).